

**O «SOL» E O «SOBERANO»: UM PANFLETO ABSOLUTISTA NO  
PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1823)**  
**THE «SOL» AND THE «SOBERANO»: AN ABSOLUTIST PAMPHLET  
IN THE PROCESS OF INDEPENDENCE IN BRAZIL (1823)**

ARTHUR FERREIRA REIS  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
arthurfr23@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-3531-3747>

Texto recebido em / Text submitted on: 29/08/2021  
Texto aprovado em / Text approved on: 02/02/2022

**Resumo:**

O processo de independência do Brasil foi marcado por uma ampla divulgação de pensamentos liberais e iluministas a partir do debate de ideias e disputa de grupos políticos. Através de jornais, livros, panfletos e outros impressos, além da ocupação dos espaços públicos e manifestações populares, a partir de 1820 houve uma crescente valorização de valores como separação de poderes, sistema representativo e governo constitucional. Todavia, no ano de 1823 foi publicado um panfleto que divulgava questionamentos e críticas ao iluminismo, ao sistema representativo e à separação de poderes. Este artigo pretende analisar esse impresso para entender seus argumentos e elucidar melhor alguns elementos do ano em que foi publicado, bem como, a partir de uma abordagem que investiga a linguística contextualista, relacionar suas ideias e sua repercussão com a sociedade em que circulou.

**Palavras-chave:**

Imprensa; Independência; Absolutismo; Liberalismo; Panfletos.

**Abstract:**

The process of independence in Brazil was marked by a wide dissemination of liberal and Enlightenment ideas from the debate of ideas and disputes between political groups. Through newspapers, books, pamphlets and other printed matter, in addition to the occupation of public spaces and popular demonstrations, from 1820 onwards there was a growing appreciation of values such as the separation of powers, the representative system and the constitutional government. However, in the year 1823 a pamphlet was published in which, in addition to criticisms of the Enlightenment, the representative system and the separation of powers were questioned and even criticized. This article intends to analyze this print to try to understand its arguments and better elucidate some elements of the year it was published, as well as, from a linguistic contextualist approach, to relate its ideas and its repercussions with the society in which it circulated.

**Keywords:**

Press; Independence; Absolutism; Liberalism; Pamphlets.

Quando a Universidade de Paris premiou um dos seus Sócios por mostrar, que a entrada das Ciências na Europa tinha causado a sua ruína, foi por deixar imortal o seu nome nos Séculos vindouros.

O trecho acima faz parte do panfleto *Analyse dos Direitos Naturaes do Homem Inculto, e Selvagem, Deduzidos do mesmo Direito que Rege toda a Natureza Creada, de que Elle he Parte...*, publicado no Rio de Janeiro em 1823. Não apenas o trecho como também o conteúdo em si nos chamou atenção durante a análise dos panfletos publicados no processo de independência e reunidos na coletânea de José Murilo de Carvalho, Lúcia das Neves e Marcello Basile (Carvalho et al. 2014).

Dois pontos nos atraíram particularmente. Primeiro, o fato de, supostamente, uma universidade premiar um sócio por mostrar que a ciência é prejudicial. O segundo foi o posicionamento do autor do panfleto que enalteceu a premiação. Ambas as informações destoam do estado da imprensa do período em que o impresso foi publicado, momento em que a racionalidade e o liberalismo ganhavam terreno e adeptos nas várias partes do Brasil.

Na opinião do autor do panfleto, o avanço dessas ideias pelo mundo era prejudicial. Redigido em uma época de exaltação ao sistema

representativo, de críticas ao absolutismo, de alargamento dos espaços públicos e de discurso pedagógico dos escritores, o impresso defendia o oposto: soberania do imperador, defesa de um sistema baseado na força como inerente à natureza humana e crítica ao iluminismo e ao cientificismo.

Ao lermos o impresso e conhecermos seu conteúdo, percebemos que ele pode nos mostrar não apenas a existência de um discurso oposto ao que se encontrava nos grandes jornais, como também indicar aspectos da política e da sociedade fluminense do processo de independência. Consideramos que, diante do que foi escrito e publicado nele e da repercussão que teve, é possível entender algumas convenções linguísticas (Pocock 2003) daquela sociedade, principalmente da imprensa, *locus* de debate e circulação de ideias do processo de independência.

Nesse caminho, buscamos entender a repercussão do panfleto na sociedade. Como um discurso tão áspero e com tons de intolerância foi recebido pelos seus pares? Nessa busca, não conseguimos identificar respostas nos periódicos ou outros impressos. A partir dessa constatação e do conteúdo do papel, supomos que um dos motivos para o silêncio é que, diante de uma publicação com argumentos tão agressivos à racionalidade e ao sistema representativo, as ideias nele contidas não criaram amplo debate porque eram insensatas para o contexto. Ao ir na contramão do que pensavam seus pares, o redator parece ter sido ignorado ou ao menos desconsiderado, pois, ao pregar contra o sistema representativo e contra o iluminismo, foi de encontro a alguns valores que pareciam estar cada vez mais consolidados na sociedade do processo de independência.

Esses valores que se consolidaram a partir do ano de 1820 entravam no Brasil pelo menos desde o período colonial. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, antes da independência os habitantes do Reino do Brasil já conheciam as ideias francesas, principalmente os que haviam estudado em Coimbra ou em universidades da França (Holanda 1970: 203). As indicações de Holanda foram, posteriormente, reforçadas por Francisco José Calazans Falcon (1982), para quem o período pombalino foi o responsável por incluir, mesmo que de forma tímida, as novas ideias em Portugal através da reforma educacional em Coimbra e da diminuição do poder dos jesuítas.

A entrada de obras de cunho iluminista pode ser percebida nas reclamações enviadas à censura que se queixavam da «tolerância que

demonstrava em relação a certas obras estrangeiras» (Neves 2008: 3). Mesmo que de forma tímida e ilegal, os livros circulavam por Portugal e chegavam ao Brasil através de contrabandos ou exceções abertas pela própria coroa (Villalta 2009).

O resultado da entrada desses impressos foi a ampla divulgação de ideias liberais ocorrida principalmente com a liberdade de imprensa proclamada pela Revolução do Porto, em 1820. A partir desse ano, inúmeros jornais, panfletos e livros circularam pelo Brasil, contribuindo para a expansão dos espaços públicos e maior circulação de projetos e princípios políticos. Além dos papéis, houve também uma maior atividade musical e artística, colaborando para a prática comercial da cultura, que até então era restrita a pequenos grupos.

A expansão dos espaços públicos deu aos autores a oportunidade de expor e legitimar projetos políticos. Era necessário preparar a população para os novos tempos, ampliar o alcance das ideias liberais e ter no sistema representativo constitucional um modelo de governo. Segundo Lúcia Maria Bastos das Neves, as ideias ilustradas do século XVIII foram a matriz desse movimento (Neves 2002: 54). Em vista disso, além dos jornais e panfletos, inúmeras livrarias foram criadas no Rio de Janeiro, tendo em suas prateleiras autores liberais e iluministas como Constant, Montesquieu e Guizot (Morel 2005: 28).

Se a influência iluminista era comum aos grupos políticos da época, seus projetos eram divergentes. O processo de independência contou com grupos defensores de programas sociais, políticos e econômicos distintos, mesmo que tivessem como ideal político o sistema representativo constitucional. A análise desses grupos e de seus projetos no processo de independência é uma preocupação constante da historiografia. Alguns autores do século XIX viram nesse embate de ideias o conflito entre nacionalidades, separando esses indivíduos da independência entre brasileiros e portugueses. Essa ideia, mesmo que com algumas variações, foi exposta por historiadores como John Armitage (1981), Manuel de Oliveira Lima (1997) e Tobias Monteiro (1982).

No decorrer do século XX, novas interpretações tenderam a questionar essa leitura nacionalista e apresentar análises a partir dos projetos defendidos. Destacamos, dentre essas pesquisas, o trabalho de Nelson Werneck Sodré sobre os jornalistas do processo de independência. Segundo o autor, existiam grupos de «esquerda» e «direita» que tinham projetos que se diferenciavam principalmente na questão da soberania (Sodré 1999).

A partir da pesquisa de Sodré, bem como de outros autores como José Honório Rodrigues (1975) e Sérgio Buarque de Holanda (1970), novos trabalhos se preocuparam em entender os projetos desses grupos e os conflitos entre eles na política fluminense. Dentre esses, destacamos quatro que se debruçaram não só sobre os grupos, mas também sobre suas atuações na imprensa.

Para Cecília Helena Lorenzoni de Salles Oliveira, o processo de independência fundamentou-se na disputa entre o «Partido Brasileiro» e o grupo liberal. O primeiro era formado por grandes proprietários do Vale do Paraíba e da comarca do Rio das Mortes que alcançaram maior reconhecimento político e econômico com a chegada da Corte, tentando manter sua influência após o retorno de D. João VI. Liderados por personagens como José Bonifácio, defendiam uma monarquia constitucional com a soberania residindo no Imperador. Já o grupo liberal era formado por produtores do Recôncavo e de Goitacazes que não alcançaram os mesmos privilégios dos primeiros. Tinham entre suas lideranças o comerciante fluminense Joaquim Gonçalves Ledo e viam na Regeneração do Porto e no regime liberal a oportunidade de ascender politicamente. Tinham como ideal de nação um governo monárquico constitucional com a soberania estando no poder legislativo (Oliveira 1999: 91).

Analisando panfletos e periódicos, Lúcia das Neves defendeu que teria predominado entre os grupos uma concepção reformista e conservadora da sociedade, resultado das «esmaecidas e mitigadas luzes portuguesas». Para a autora, o vocabulário político da época centrou-se em uma linguagem política liberal que foi inserida no Brasil por dois grupos rivais: o brasiliense, liderado por Ledo e defensor da soberania do povo, e o Coimbra, liderado por José Bonifácio e defensor da soberania da nação. A disputa entre esses grupos foi marcada pela introdução do novo vocabulário político e pela resignificação de conceitos (Neves 2003).

A compreensão sobre a atuação desses periódicos, bem como a expansão dos espaços públicos durante os anos de 1820, foi uma preocupação de Marco Morel. Analisando a dinâmica da política e sociedade durante o Primeiro Reinado, o autor enfatizou o desenvolvimento da opinião pública por meio dos jornais, panfletos e associações, além do alargamento e da importância de espaços públicos como teatros e praças. Uma das conclusões de sua obra é o fato de que a multiplicação dos impressos proporcionou a introdução e afirmação do liberalismo no Brasil (Morel 2006: 63).

Por fim, Isabel Lustosa estudou a imprensa fluminense a partir da análise dos periódicos e da trajetória de seus redatores. Em sua obra *Insultos e Impressos*, a autora discutiu como os jornalistas buscaram influenciar a população e o monarca, a fim de conquistar apoio para seus projetos. Mesmo com suas diferenças programáticas, conclui Lustosa, os redatores prepararam o povo para o regime liberal, formulando e expondo seu ideário a partir de uma intensa discussão por meio dos jornais (Lustosa 2000).

Em conjunto, essas pesquisas apontam para o predomínio de ideias liberais, representativas e constitucionais durante o processo de independência. Foi um momento de modificações políticas e formação de novos Estados em que a constituição foi tratada como uma necessidade (Slemian 2006). Até mesmo o príncipe teve sua *persona* associada diretamente ao projeto constitucional (Souza 1999: 99). Assim, defender um sistema absolutista era um absurdo político e uma agressão à nova nação brasileira.

Indo na contramão dessas conclusões, no final da década de 1990 dois estudos recuperaram e afirmaram existir projetos absolutistas no Rio de Janeiro durante o processo de independência. Estilaque Ferreira dos Santos (1999) e Renato Lopes Leite (2000) fizeram uma releitura dos discursos políticos desse período e encontraram, segundo suas interpretações, resquícios do absolutismo no grupo liderado por José Bonifácio.

Para Santos, a independência foi a disputa entre um projeto republicano e um projeto absolutista. O conflito entre os grupos e o receio de perder o controle sobre a população escrava fez com que a elite brasileira edificasse um Estado que garantisse a ordem social e a unidade territorial. Com isso, a independência e o Estado monárquico seriam resultados de um «evento inicialmente pensado nas antecâmaras do poder absolutista», sendo difícil, dessa forma, encontrar um «pensamento político da independência». Nessa interpretação, a formação do Império do Brasil foi o resultado da reação conservadora ao ideário iluminista, que, temendo a desfragmentação territorial e a destruição da ordem escravista, preferiu criar um novo Estado assentado nas bases do Antigo Regime (Santos 1999).

Se para Santos não existiu um pensamento político típico do processo de independência, Leite buscou justamente nos diversos pensamentos e projetos políticos o conflito que daria forma à nova nação. Para o autor, existiam duas propostas predominantes na política

brasileira: um projeto republicano e defensor da constituição e da representação, representado por homens como frei Caneca, e outro absolutista, liderado por José Bonifácio. No conflito entre esses projetos, a monarquia constitucional foi a forma encontrada pelos absolutistas para, ao mesmo tempo, manter a soberania real e acalmar os ânimos dos republicanos (Leite 2000).

O destaque dado aos projetos marcados por resquícios do Antigo Regime por esses autores, bem como de pesquisas que mostram a existência de manifestações contrarrevolucionárias (Gonçalves 2019), têm feito surgir algumas inquietações e questionamentos a respeito de propostas e ideias dos grupos tratados como «conservadores». Nesse sentido, estudos recentes têm buscado compreender personagens ligados a D. Pedro I e às ideias por eles veiculadas na imprensa e no parlamento.

Ligam-se a esse debate pesquisas que analisam o grupo historicamente conhecido como «áulico», que atuou durante o processo de independência e Primeiro Reinado<sup>(1)</sup>, e que, em linhas gerais, diferenciam os áulicos dos absolutistas. As pesquisas têm apontado para uma composição majoritariamente de militares e funcionários públicos que defendiam uma monarquia centralizada no Rio de Janeiro. Suas preocupações passavam pela manutenção da ordem social e da unidade territorial e, para garantir esses elementos, entendiam como essencial a sustentação do Imperador no trono brasileiro, além do fortalecimento de seu governo para reprimir revoltas e manter a ordem social.

Mesmos defensores de um Estado centralizado, grande parte dos áulicos defendiam o governo representativo e constitucional. Independente dos projetos que variavam em questões específicas, esses personagens concordavam que o Brasil necessitava de um regime representativo fundado sobre as bases de uma constituição e da separação de poderes. Isso quer dizer que, se defendiam a soberania do monarca perante os outros poderes, não recusavam os princípios constitucionais e representativos nem a importância da separação dos poderes, pelo contrário, reforçavam essas prerrogativas.

Além disso, grande parte dos áulicos se diziam defensores da liberdade de imprensa e a consideravam o espaço ideal para preparar

---

(1) Dentre as pesquisas mais recentes, indicamos a leitura de: (Reis 2016); (Marques Júnior 2018); (Basile 2012); (Pereira 2013).

seus leitores para o regime liberal. Com isso, diferente do que acreditam Santos e Leite, as pesquisas têm reafirmado que os áulicos, mesmo defendendo um governo centralizado na pessoa do Imperador, como queria José Bonifácio, não eram defensores de um governo absolutista.

Em vista dessa historiografia, podemos concluir que, diante do prestígio dado ao liberalismo nos projetos políticos e na imprensa brasileira dos anos de 1820, a linguagem política liberal exerceu uma forte influência sobre o que foi escrito e debatido nos espaços públicos (Neves 2003). Ainda que a cultura política luso-brasileira fosse fortemente influenciada pelo ensino em Coimbra (Carvalho 2019), redatores e políticos tratavam a constituição e o sistema representativo como uma necessidade.

Nesse contexto, o panfleto destacado no início do artigo nos chamou atenção, pois seu conteúdo parece destoar do liberalismo defendido pelos seus pares. Diante da excentricidade de seus argumentos perante outros impressos da época, ele nos surpreendeu e motivou uma análise mais detida não apenas do que foi nele escrito, mas também da repercussão que teve no ano de 1823. Após os resultados obtidos na análise de ambas as questões e com base na historiografia descrita, chegamos à seguinte conclusão: a sociedade do processo de independência rejeitava discursos antirrepresentativos ou com resquícios de regimes absolutistas, pois o contexto linguístico tornava essas ideias anômalas para o momento, daí o caráter singular do panfleto para o ano de 1823 e a falta de respostas a ele em outros impressos.

Para além dessa conclusão, também destacamos a importância do resgate desses panfletos e manuscritos que circulavam no processo de independência. Esses papéis podem nos ajudar a compreender melhor e a conhecer projetos de nação que não encontraram muita repercussão entre os jornais da época ou que passaram ao largo de análises, o que enriquece o conhecimento histórico dos debates políticos e inclui novos elementos de reflexão sobre o período.

## O «Sol» e o «Soberano»

O panfleto foi publicado em 1823 na *Typographya de Silva Porto, e Comp.* e foi assinado por P. L. Veiga Cabral, o *Amigo da Philantropia*. Não se sabe ao certo sobre a autoria do impresso, mas, levando em conta as iniciais, achamos que ele possa ter sido escrito pelo padre Luiz da Veiga Cabral,

que habitava no Rio de Janeiro e fazia constantes doações à marinha nacional (Diário do Governo 1823: n. 44).

A tipografia em que foi publicado era famosa por ter impresso jornais de cunho liberal como o *Correio do Rio de Janeiro*, *Malagueta* e *Reverbero Constitucional Fluminense*, e panfletos polêmicos como o *Dispertador Brasiliense*. No ano de 1823, o estabelecimento parece ter mudado o perfil dos periódicos que publicou. Com o fim do *Reverbero* e da *Malagueta*, e a interrupção do *Correio do Rio de Janeiro* (que voltaria a ser publicado em 1823 na *Tipografia Torres e Costa*) em 1822, Silva Porto passou a publicar jornais com ideias diferentes e de grupos opostos. Primeiro, imprimiu *O Tamoyo*, escrito pelos Andradas, antigo rival dos jornais outrora publicados na tipografia, e no fim de 1823 a *Estrela Brasileira*, escrita pelo francês Jean Baptiste Aimé Desloye (Lustosa 2000), que tinha atuação próxima do grupo áulico. A alteração do perfil de publicações da tipografia entre 1822 e 1823 merece uma atenção mais detalhada para entender as relações entre o estabelecimento e o que publicava diante das mudanças políticas ocorridas no Rio de Janeiro.

Publicado em 1823, o panfleto circulou durante um momento de intensa transformação linguística e política no Brasil. A literatura especializada tem mostrado que entre os anos de 1821 e 1823 houve uma intensa circulação de impressos, alargamento dos espaços públicos e divulgação do ideário liberal. Trabalhos como o de Neves (2003), Oliveira (1999) e Morel (2006) mostram como conceitos políticos importantes foram influentes na opinião pública brasileira e consolidaram linguagem política liberal nos debates políticos.

Nesse ponto, dois dos conceitos abordados por Neves (2003) são importantes por se relacionarem diretamente com o panfleto aqui analisado. Como veremos, o eixo do impresso tratava da soberania política e da liberdade dos cidadãos, assuntos caros aos indivíduos do início do século XIX.

Segundo a autora, a soberania estava sofrendo uma alteração em seu significado desde pelo menos a Revolução do Porto, quando ela passou a apresentar uma tendência de «impessoalização do poder» (Neves 2003: 159). Nesse processo, o poder soberano migrou do monarca para a Nação, representada em assembleias e congressos. Assim, na linguagem predominante da época, a soberania não cabia mais ao rei, como era comum no Antigo Regime, passando a residir na nação, representada, normalmente, pelos deputados eleitos pelo povo.

Por outro lado, a liberdade se tornou «a essência da vida do homem» (Neves 2003: 141). Ainda que o termo fosse conhecido, percebe-se na virada do século XVIII para o XIX uma mudança em seu significado, passando a relacionar-se com a faculdade e autonomia do sujeito de agir livremente. Além disso, ascendeu também à esfera do debate a discussão acerca da liberdade civil, da liberdade política e da liberdade individual e os limites das mesmas, já que seu excesso poderia causar prejuízos à sociedade.

As discussões em torno desses e outros conceitos ocupavam os espaços públicos e, no decorrer do debate, se formou um contexto linguístico marcado pelo declínio da soberania do monarca aos moldes do Antigo Regime, posição essa que seria ocupada, progressivamente, pela «nação» (Pimenta 2006: 20). Também podemos perceber a intensa preocupação em explicar a liberdade e seus limites, já que os extremos entre a licenciosidade e a arbitrariedade das autoridades eram vistos de forma negativa. Envolvido nesse debate, o redator do panfleto aqui analisado tornou-se um impresso à parte justamente por ir contra o que outros intelectuais e impressos pregavam. Contra a soberania da nação, seu redator defendia a soberania do monarca, e contra as liberdades conquistadas durante as revoluções, uma concepção de mundo no qual a autoridade, cada vez mais, devia ocupar o espaço na sociedade.

O panfleto é dividido em duas partes. A primeira trata da organização do que o autor chama de «Sistema da Natureza, ou do Universo». Nessa parte ele busca definir a organização da natureza para, a partir disso, defender que a sociedade humana deva se estruturar da mesma forma.

Dessa organização natural prevalece um padrão: sempre existe um astro «colocado no centro, à roda do qual se move um número de corpos opacos, e que cada um destes corpos forma outro sistema particular, regido pelas mesmas leis gerais» (Carvalho et al. 2014: 686). Disso pode-se compreender que a organização da natureza parte de um astro maior para o menor, sendo este menor também rodeado por outros menores e assim sucessivamente.

Esse arranjo natural ocorre graças a uma lei geral que rege todo o universo, a lei da atração e do movimento. Do ponto de vista da natureza dos astros, essas seriam «duas Leis de força» que sustentam a «harmonia» dos astros universais. Já nas sociedades humanas, o que garante essa organização é o «Egoísmo e Liberdade», que seriam os pilares de sustentação da ordem moral. Em uma complicada equação

filosófica, o autor iguala a projeção dos astros, o movimento no sistema e a liberdade dos homens como ações capazes de abalar a ordem universal e social. Por outro lado, atribui os efeitos capazes de manter ou desfazer a ordem à atração do astro central e ao egoísmo do homem. A atração do astro central, representado pelo «Direito de Força», seria o único modo capaz de manter todos os astros em sua órbita de forma harmônica. Para a conservação dessa ordem, seria necessário um astro forte o suficiente para impedir que a projeção dos astros menores ou o excesso de liberdade dos homens cause conflitos que dissolvam a ordem natural (Carvalho et al. 2014: 688).

Toda essa estrutura seria o reflexo da natureza humana. Na opinião do panfletário, o homem vivia antes da instituição da sociedade civil em um estado de guerra total. Ele era «entregue aos impulsos da natureza desde o seu nascimento» e «digno de compaixão», pois não conhecia «em si outro direito além da força, e outra Divindade além do egoísmo». No estado de guerra constante presente no estado de natureza não estavam presentes «os direitos naturais e de propriedade (...) a não ser a força concedida a todos os animais» (Carvalho et al. 2014: 688). O autor conclui a primeira parte de sua análise afirmando

Que o grande sistema da Natureza é ainda regido por Direito de Força, e por consequência, que os seus efeitos não podem ser senão do mesmo gênero e espécie, digo, não pode haver força moral numa Sociedade sem ser coadjuvada pela força física (Carvalho et al. 2014: 688).

A segunda parte do panfleto tem como foco a humanidade. Inicialmente, é mostrado como o homem teria saído do estado de natureza e criado as primeiras sociedades. Para o autor, «sendo o direito de força no homem muito desigual», ele foi obrigado a convencionar com seus semelhantes para se proteger. Para isso, teve que «ceder da sua liberdade absoluta, que é deixar de usar o direito de força em certas ocasiões motivado pelo impulso das paixões» para adentrar numa sociedade e, com isso, «gozar dos direitos da Convenção ou do direito Civil» (Carvalho et al. 2014: 689).

A convenção teve como base de criação a «união de todas as forças particulares de cada homem em uma só, sujeita à voz e obediência de um Chefe escolhido e proclamado pela Sociedade». Através de uma assembleia, os homens escolheram o «mais hábil em destreza, ânimo

e força» e, representados por um ancião, se submeteram de forma voluntária e unânime (Carvalho et al. 2014: 689). A partir desse momento todo homem que fizesse parte da convenção devia prestar obediência e respeito ao chefe escolhido. A vontade geral devia prevalecer sobre a particular, e a obediência ao chefe caberia tolher os excessos do egoísmo dos homens. Através desse pacto, o autor afirmou existir a reprodução da ordem natural dos astros na sociedade humana. Toda ordem moral devia seguir a ordem física, o que teria se repetido no momento do pacto, quando os corpos menores foram atraídos por um corpo maior, o soberano (Carvalho et al. 2014: 690).

A partir do pacto e da formação da sociedade, o «Soberano» se tornou o representante da vontade geral. Ele seria o «Sol», colocado no «centro do Universo», e em torno dele girariam todos os outros planetas e astros. Seria o «Sol o seu Soberano, que os conserva na sua rotação, harmonia, vivificação e estabilidade». Para ilustrar essa lógica, mostra que

Aqui temos outros tantos Impérios físicos, dominados cada um por seu Sol, (ou Soberano) que lhes coarcta a força de projeção (ou Liberdade) a fim de que na sua respectiva esfera de atração (ou terreno do seu Império) possam gozar de suas influências (ou Governo) animando por efeitos de seu calor e Luz (Sabedoria) os três Reinos Animal, Vegetal e Mineral = (Os três Poderes = Legislativo, Executivo, e Judiciário = de tal forma harmonizados e identificados entre si, que cada um nada obra sem comum acordo com os outros, de onde procede sua admirável harmonia, e sua estabilidade) (Carvalho et al. 2014: 692).

Entretanto, os três poderes ou os três reinos, obviamente, não concorrem em soberania com o soberano ou o Sol. A soberania reside «na Legítima Autoridade de dirigir os três Poderes por sua prudência (calor graduado) e Sabedoria (Luz)». Os três poderes podem existir desde que estejam unidos na «obediência ao Soberano» (Carvalho et al. 2014: 693).

Diante da necessidade de se submeter à vontade e obediência ao soberano, o panfleto radicaliza ao pedir para que se fuja de «tudo quanto for representativo». O temor e repulsa ao sistema representativo seria fruto de sua interpretação da política brasileira, na qual «malvados Anarquistas», ambiciosos pelo poder espalharam intrigas e desconfianças de tal forma que a «Nau do Estado teria encalhado, e despedaçado se não fosse o N. Imortal Defensor Perpétuo».

Por causa das ações desses «ambiciosos», os brasileiros deviam negar a divisão dos poderes, pois ela representaria a criação de «três Corpos inimigos uns dos outros, para disputar cada um a sua Autoridade». Dividir a autoridade seria enfraquecer a «Legítima Autoridade dos Soberanos; baralhá-las nos três Poderes». O redator ironizou os defensores da divisão dos poderes, perguntando se essa era a «Pedra Filosofal que estava reservada para o século das Luzes, em que se calcula a maldade dos homens por quantidades iguais, para corpos heterogêneos darem resultados homogêneos» (Carvalho et al. 2014: 694).

Em defesa da concentração da autoridade no Imperador, afirmou que o

Soberano, como Chefe vigilante, que ocupa o centro da Sociedade, e único, que tem a seu cargo o conhecimento da força moral, digo, que o número de rebeldes se desviou atraçoadamente da vontade geral e interesse comum, [ele] é o Piloto, que dirige a Nau do Estado Político (...) ele é o Prisma Político, que divide o prêmio e o castigo; é por ordem natural o Defensor do interesse comum da Nação; é o centro da reunião da vontade geral, e por isso Senhor da reunião das nossas forças, para poder fazer guerra aos nossos inimigos externos e internos, a fim de conservar a harmonia social (Carvalho et al. 2014: 696).

Sobre a soberania, o autor demonstrou certo pessimismo quanto à «vontade geral». Para ele, quando ela age, «é semelhante às inundações, que, longe de serem úteis às plantas, as destrói». Afirmou também que «nunca um estado de revolução pode decidir desta vontade geral; pelo contrário é [da] confusão da vontade geral» que acarreta o retorno «ao estado da natureza selvagem» (Carvalho et al. 2014: 690).

A vontade geral, continua o redator, se não for controlada serve de trampolim aos «Anarquistas aventureiros» que, escondidos por trás da «vontade geral dos Povos», gritam «Viva a Liberdade» e «Morra o Despotismo», «sendo eles os próprios monstros» que buscam fazer «prevalecer o seu interesse, e cevar sua vingança particular», lançando por terra as «Leis da Convenção» que «serviam de prisão ao seu desenfreado Egoísmo» (Carvalho et al. 2014: 690). Esses aventureiros, além de buscarem imitar a Revolução Francesa fazendo largo uso de jornais escritos pelos «esquentados Publicistas», também atuavam secretamente nas «Sociedades Secretas da Classe Média» (Carvalho et al. 2014: 696).

Por meio dos jornais e dessas sociedades eles tentavam espalhar pelo Brasil os «grandes conhecimentos do Séculos das Luzes; cuja luz tem feito despovoar da Europa vinte a trinta milhões de habitantes de forma humana, para irem com seus Satélites do Governo Representativo povoar o Rio as Mortes» (Carvalho et al. 2014: 691). O panfleto também alertou aos brasileiros que não se deixassem «iludir com meros sons, ou com retrato da Liberdade, como desgraçadamente aconteceu à França!» (Carvalho et al. 2014: 696), e disse ao «homem Vaidoso, e Impostor» que as «faculdades intelectuais de que tanto te desvaneces, são tão limitadas, e besuntadas de barro, de que foram revestidas, que jamais forma ideias alguma sem corpo, e jamais sairás de observar efeitos» (Carvalho et al. 2014: 697).

Reconhecendo que suas ideias destoavam do que era defendido à época, ele antecipou três argumentos dos seus possíveis opositores. Primeiro, questionou a idealização que se fazia do progresso da Inglaterra e da relação entre a situação política e econômica desse país com o liberalismo. Para ele, a prosperidade inglesa não tinha ligação com a sua forma de governo, «mas sim às suas circunstâncias locais ou físicas, donde dimanam as morais e políticas». A Inglaterra seria privilegiada por um mar que fazia fronteira com outras nações, além das fortalezas navais e de sua ampla frota, o que a deixava livre para reprimir os «choques populares» internos, onde, por meio da força, se conservava a ordem (Carvalho et al. 2014: 694).

O segundo argumento respondido é o de que a mudança do tempo acarretaria transformações na forma de governo. Segundo Cabral, «sim, tudo nasce, chega ao estado de perfeição, e decai», e assim como nosso corpo tem problemas de saúde, as sociedades também os têm. Porém, esses problemas são causados pelas revoluções «que, semelhantes aos incêndios, reduzem tudo a cinzas». Se existisse um governo forte o suficiente para reprimir os rebeldes e, por meio de um soberano, atuar efetivamente no combate aos problemas que surgissem, era possível evitar a degeneração da sociedade (Carvalho et al. 2014: 695).

A última réplica adiantada aos argumentos liberais se deu no campo da desigualdade entre os homens. O autor defendeu que a desigualdade é natural ao ser humano e é criação do próprio Deus. Segundo ele, «seja ou não conveniente esta razão, é certo que existe esta desigualdade em toda ordem física e moral, em cuja infinita criação difere e mostra a grandeza do seu Autor». Se é natural, «como queremos que o Soberano

na distribuição do prêmio e castigo seja tão exato que exceda até a mesma ordem natural determinada por Deus?» (Carvalho et al. 2014: 695).

Ao fim do panfleto, Cabral inseriu a discussão sobre a liberdade humana. Em sua opinião, ela «nos foi confiada por Deus debaixo do cativo das necessidades da subsistência, criação, e educação da espécie humana», devendo ser, por isso, restrita. As limitações, o egoísmo e a desigualdade física causam diversos inconvenientes se o homem tiver liberdade ilimitada. Por isso devemos viver em uma sociedade, «à sombra da força maior», única instituição capaz de «proteger a propriedade, e o sossego, ou asilo do cidadão». Essa «Liberdade racional» virá do «centro para a periferia», assim como a harmonia universal é mantida pelos grandes astros que habitam no centro das constelações. Nessa lógica, o centro não é outro senão o «Soberano», o «Chefe vigilante, que ocupa o centro da Sociedade». Ele é o «Defensor do interesse comum», o «centro da reunião da vontade geral, e por isso Senhor da reunião das nossas forças» (Carvalho et al. 2014: 696).

Infelizmente, não sabemos o mês em que foi publicado o panfleto, mas sua discussão parece indicar que ele foi escrito após a Assembleia Constituinte de 1823. Esse período foi marcado pela repercussão da dissolução do congresso onde, durante os debates, a relação entre os deputados e o Imperador D. Pedro I se deteriorou ao ponto de ser decretado seu fechamento e o exílio de lideranças políticas, como José Bonifácio. Após o acontecimento, alguns personagens importantes da política imperial, como Cipriano Barata (Mello 2004), manifestaram seu descontentamento com a dissolução da constituinte e fizeram duras críticas a D. Pedro I, questionando inclusive seus valores liberais.

O fato é que, diante das críticas, se tornou necessária a defesa do fechamento perante a opinião pública. Talvez tenha sido nesse momento que o panfleto veio a público, apontando o Imperador como o soberano legítimo e centro da sociedade, ao questionar a separação dos poderes e os «anarquistas» que tentaram desestabilizar o Brasil. Dessa forma, a escrita do texto parece ter sido motivada por esse debate ao ter a intenção de justificar o fechamento da constituinte e defender o imperador dos ataques da oposição (Skinner 2005: 138).

O que chama atenção do panfleto é que a forma utilizada para justificar sua posição política se afasta de espaços comuns encontrados nos impressos políticos da época. Ainda que não afastemos a possibilidade de existirem outros impressos com linguagem semelhante, não conseguimos

encontrar, nos periódicos ou em panfletos que se tornaram mais famosos, propostas políticas que se afastassem da defesa do poder representativo e da divisão de poderes. Dessa forma, acreditamos existir um grande afastamento entre o que o redator queria legitimar dos limites do vocabulário político daquele momento (Skinner 1996: 12).

Pelo caráter das ideias expostas, é de se esperar que houvesse respostas às ideias ali defendidas. Entretanto, não parece ter sido o que aconteceu, já que não encontramos em outros impressos polêmicas e respostas ao panfleto. Uma das respostas possíveis para o silêncio é o fato de o momento não ser propício a grandes debates, graças à repressão que o governo havia feito aos jornais e políticos no congresso. Porém, acreditamos que exista outra explicação. Ao defender ideias tão reacionárias para o ano de 1823, e se posicionar de forma contrária ao sistema representativo e à separação de poderes, talvez, outros escritores não viram necessidade de rebater de forma tão profunda seus argumentos.

Parece que a proposição linguística feita pelo redator não alcançou sucesso entre o público. Suas ideias que se dividiam entre «novidade», por não ser comuns naquele momento, e antiquadas, por fazerem referência à uma linguagem em desuso e decadência no início do XIX, não apenas encontraram dificuldades em influenciar o debate, como também parecem ter falhado em encontrar capilaridade entre outros impressos do Rio de Janeiro de 1823. Consideramos que esse seja o motivo de não termos encontrado em jornais do ano em que foi publicado ou nos posteriores, nem mesmo cartas impressas no *Diário do Rio de Janeiro*, que comumente debatiam pequenas publicações que circulavam no Rio de Janeiro, com comentários às suas ideias. A única citação que encontramos do panfleto aconteceu em 1827. Ainda sem identificar a autoria do papel, o *Jornal do Commercio* expôs a acusação feita pelo Promotor Fiscal João José da Veiga que dizia o seguinte:

Atacar o Sistema Representativo Monárquico Constitucional, é excesso da liberdade da Imprensa, como está decidido, marcado no artigo 7º da respectiva Lei. Contra esta expressa, e bem clara disposição foi atacada, e combatido aquele sistema, e forma de Governo por P. L. Veiga Cabral (...) Ela ofereceria aos olhos do imparcial analisador outros erros, outros paradoxos na verdade até risíveis (*Jornal do Commercio* 1827: n. 56).

Ao questionar algumas convenções da sociedade da época ao ir contra o «Sistema Representativo Monárquico Constitucional», a principal resposta que o autor recebeu foi um processo. Assim, ao expor ideias de cunho absolutistas, a circulação do panfleto evidencia como essas ideias já não eram aceitas na sociedade que, ao menos do ponto de vista do promotor, havia superado o Antigo Regime.

## Conclusão

Com a trajetória do panfleto podemos tirar duas conclusões. A primeira é a de que a sociedade brasileira da época não reconhecia como legítimo ou mesmo permissível qualquer projeto absolutista de poder. Mesmo que o processo tenha demorado quatro anos para ser formulado, sua existência mostra que não só os autores da oposição foram reprimidos<sup>(2)</sup> como o foram também aqueles que desafiavam e questionavam o sistema representativo. A segunda conclusão é a de que as ideias expostas no panfleto, de cunho quase absolutista, escapavam à convenção linguística do ano de 1823 e, diante de sua excentricidade, foram tratadas pelo redator como «risíveis». Apesar de serem risíveis, eram preocupantes, pois existiu a necessidade de abrir um processo de abuso de liberdade de imprensa para impedir que fossem novamente expostas, servindo o panfleto como exemplo.

A análise desse impresso e sua repercussão jurídica também nos dão indícios sobre a cultura política da época. Enquanto políticos e redatores se diziam liberais, são frequentes os ataques aos autores que exprimiam ideias que discordavam do que era aceito. A perseguição política e jurídica atingiu não só republicanos e federalistas<sup>(3)</sup>, opositores<sup>(4)</sup> ou

---

(2) No jornal *Gazeta do Brasil*, na mesma página em que também é anunciado o processo contra o autor do panfleto, são anunciados outros processos contra opositores do governo, como é caso de Chapuis e seu periódico *O Verdadeiro Liberal* (*Gazeta do Brasil*: 54).

(3) Durante o período regencial o grupo político exaltado sofreu uma grande perseguição por parte dos moderados, que estavam no poder. Muitos jornais foram fechados além das ameaças e prisões aos líderes exaltados, cf: (Basile 2000).

(4) Dentre 1824 e 1826, período de maior força do governo de D. Pedro I, dois jornais surgiram na Corte buscando fazer oposição aos ministros. Intitulados *O Verdadeiro Liberal* e *Atalaia da Liberdade* e escritos por Chapuis e João Maria da Costa respectivamente, ambos foram perseguidos. O primeiro, por ser francês, foi exilado sem julgamento, e o segundo foi ameaçado por membros da marinha, o que levou ao seu autoexílio, cf: (Reis 2016).

grupos políticos dissidentes<sup>(5)</sup>, mas também pessoas que buscavam o fortalecimento excessivo da pessoa do Imperador.

Por fim, ressaltamos que os projetos políticos expostos no Primeiro Reinado vão além de interpretações estruturadas que normalmente dividem os grupos em liberais e absolutistas, ou oposição e governistas. As análises de autores como estudo de caso<sup>(6)</sup> têm mostrado que buscar sistemas ideológicos fechados e excessivamente lógicos (Palti 2007: 253) contribui para um esquecimento de projetos que não encontraram repercussão entre o público ou sucesso na política, o que certamente prejudica a compreensão do processo histórico. Dessa forma, o presente artigo resgata a existência de um projeto com elementos absolutistas no processo de independência, sem esquecer, entretanto, que esse mesmo projeto fugia do que era comum nos espaços públicos.

## Bibliografia

- Armitage, John (1981). *História do Brasil desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada a vista de documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey*. São Paulo: EDUSP.
- Basile, Marcello Otávio Neri de Campos (2000). *Anarquistas, Rusgientos e Demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na corte imperial (1829-1834)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- « – » (2012). “Governo, nação e soberania no Primeiro Reinado: a imprensa áulica do Rio de Janeiro”, in *Linguagens e fronteiras do poder*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea – Instituto Universitário de Lisboa.

---

(5) Através de uma devassa conhecida historicamente como «Bonifácia», o então ministro José Bonifácio perseguiu os líderes do grupo político opositor, especialmente Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e João Soares Lisboa. Perseguidos e enfraquecidos popularmente, esses homens foram obrigados a fugir do Brasil para preservarem sua liberdade, cf: (Lustosa 2000).

(6) Cf: (Vianna 2011); (Carvalho 1998); (Cosser 2008); (Feldman 2012); (Galves 2010).

- Carvalho, José Murilo de (2019). *A construção da ordem / Teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carvalho, José Murilo de, Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das, Basile, Marcello Otávio Neri de Campos (2014). *Guerra Literária: panfletos da independência (1820-1823)*. Belo Horizonte: UFMG.
- Carvalho, Marcus J. M (1998). “Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36.
- Coser, Ivo (2008). “O conceito de federalismo e a ideia de interesse no Brasil no século XIX”, *Dados*, v.51, n.4. Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 941-981.
- Feldman, Ariel (2012). *Espaço Público e Formação do Estado Nacional Brasileiro: a atuação política do Padre Carapuceiro*. Tese. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.
- Galves, Marcelo Cheche (2010). “O Maranhão e a transição constitucional no mundo luso-brasileiro (1821-1825)”, in Gladys Sabina Ribeiro, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (org.), *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda.
- Gonçalves, Andréa Lisly (2019). “O apoio popular à monarquia no contexto das revoluções liberais: Brasil e Portugal (1820 e 1834)”, *Varia Historia*, v. 35, n. 67, 241–272.
- Holanda, Sérgio Buarque de (1970). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*. São Paulo: DIFEL.
- Leite, Renato Lopes (2000). *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro, 1822*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lima, Manuel de Oliveira (1997). *O movimento de independência (1821-1822)*. Rio de Janeiro: Top Books.
- Lustosa, Isabel (2000). *Insultos e impressos: a guerra dos jornalistas na Independência*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Marques Júnior, Nelson Ferreira (2018). *O despertar do Império independente: áulicos e a formação de um projeto de Brasil na Corte luminosa (1822-1831)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Mello, Evaldo Cabral de (2004). *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34.
- Monteiro, Tobias do Rego (1982). *O Primeiro Reinado*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / EDUSP.

- Morel, Marco (2005). *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC.
- « – » (2006). *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840*. São Paulo: HUCITEC.
- Neves, Guilherme Pereira das (2008). “Sociabilidades modernas e poderes tradicionais no Rio de Janeiro de 1794”, in *Espaço atlântico de antigo regime*. Lisboa. Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades. Lisboa: Biblioteca Digital Camões, v. 1, 3.
- Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das (2002). “Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil”, *Caderno Cedes, Campinas*, v.22, n.58, 47-64.
- « – » (2003). *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: REVAN.
- Oliveira, Cecília Helena Lorenzini de Salles (1999). *A Astúcia Liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. São Paulo: EDUSF e ÍNCONE.
- Pereira, Christiane Peres (2013). *A imparcialidade para doutrinar: os impressos de Joaquim José da Silva Maia no Brasil e em Portugal (1821-1830)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Pimenta, João Paulo (2006). *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: HUCITEC.
- Pocock, John Greville Agard (2003). *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP.
- Reis, Arthur Ferreira (2016). “Anarquistas” e “serviços”: uma análise dos projetos políticos do ano de 1826 no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo.
- Rodrigues, João Honório (1975). *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Santos, Estilague Ferreira dos (1999). *A Monarquia no Brasil: o pensamento político da independência*. Vitória: EDUFES.
- Skinner, Quentin (1996). *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.
- « – » (2005). *Visões da política: sobre os métodos históricos*. Algés: DIFEL.

- Slemian, Andrea (2006). *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.
- Sodré, Nelson Werneck (1999). *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Vianna, Jorge Vinícius Monteiro (2011). *Imaginando a nação: o vocabulário político da imprensa fluminense no processo de independência do Brasil (1821-1824)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: I.C.H.S. – UFRFRF.

